

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 - **OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE MATERIAL GRAFICO DESTINAOS A ATENDER AS DEMANDAS DO CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE CASCAVEL/CE.

1.3 - ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS E VALORES MEDIOS

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QTDE	VALOR MÉDIO	VALOR TOTAL
1	ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1X0 COR, PAPEL AP 75GR, TAM. 15X21CM.	ATESTADO DE SAUDE OCUPACIONAL, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1X0 COR, PAPEL AP 75GR, TAM. 15X21CM.	BLC	20,00	12,94	258,80
2	ATESTADO MÉDICO, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1X0 COR, PAPEL AP 75GR, TAM. 15X21CM.	ATESTADO MÉDICO, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1X0 COR, PAPEL AP 75GR, TAM. 15X21CM.	BLC	650,00	12,94	8411,00
3	AUDIOMETRIA TONAL, BLOCO DE 100 FOLHAS, 1X0 COR, PAPEL AP 75G, TAM. 21X29,7CM	AUDIOMETRIA TONAL, BLOCO DE 100 FOLHAS, 1X0 COR, PAPEL AP 75G, TAM. 21X29,7CM	BLC	30,00	15,40	462,00
4	BANNER, TAM. 1,00 M LARG. X 0,80 M COMP.	BANNER, TAM. 1,00 M LARG. X 0,80 M COMP.	UNID.	60,00	145,00	8700,00
5	BANNER, TAM. 1,00 M LARG. X 1,56 M COMP.	BANNER, TAM. 1,00 M LARG. X 1,56 M COMP.	UNID.	60,00	162,67	9760,20
6	BOLETO DE MARCAÇÃO DE EXAMES LABORATÓRIAS- BLOCO COM 50 FOLHAS, 1X0 COR, PAPEL AP 75GR, TAM. 9X21CM.	BOLETO DE MARCAÇÃO DE EXAMES LABORATÓRIAS- BLOCO COM 50 FOLHAS, 1X0 COR, PAPEL AP 75GR, TAM. 9X21CM.	BLC	500,00	10,26	5130,00
7	BOLETO DE MARCAÇÃO - BLOCO COM 50 FOLHAS, 1X0 COR, PAPEL AP 75GR, TAM. 9X21CM.	BOLETO DE MARCAÇÃO - BLOCO COM 50 FOLHAS, 1X0 COR, PAPEL AP 75GR, TAM. 9X21CM.	BLC	800,00	10,60	8480,00
8	CARIMBO DE ESTOJO AUTOMÁTICO, TAM. 47X18MM	CARIMBO DE ESTOJO AUTOMÁTICO, TAM. 47X18MM	UNID.	55,00	32,50	1787,50
9	CARTÃO DE FREQUÊNCIA - NUTRIÇÃO - FRENTE VERSO - 1X1 COR, PAPEL 80KG, COM UMA DOBRA, TAM.10X29CM.	CARTÃO DE FREQUÊNCIA - NUTRIÇÃO - FRENTE VERSO - 1X1 COR, PAPEL 80KG, COM UMA DOBRA, TAM.10X29CM.	UNID.	3000,00	2,58	7740,00
10	CARTÃO DE FREQUÊNCIA - TERAPIAS - FRENTE VERSO - 1X1 COR, PAPEL 80KG, COM UMA DOBRA, TAM. 10X29CM.	CARTÃO DE FREQUÊNCIA - TERAPIAS - FRENTE VERSO - 1X1 COR, PAPEL 80KG, COM UMA DOBRA, TAM. 10X29CM.	UNID.	15000,00	2,38	35700,00

11	CARTAZ TAM. 72X54CM, 4X0 COR, PAPEL COUCHÊ BRILHO 180GR MODELOS VARIADOS	CARTAZ TAM. 72X54CM, 4X0 COR, PAPEL COUCHÊ BRILHO 180GR MODELOS VARIADOS	UNID.	60,00	4,33	259,80
12	CRACHÁ PARA IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL, TAM. 8,5X5,5CM, 4X0 CORES, EM PVC COM CASE, GARRA DE AÇO, IMPRESSÃO EM DADOS VARIADOS COM CAPTAÇÃO DE FOTOGRAFIA DIGITAL.	CRACHÁ PARA IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL, TAM. 8,5X5,5CM, 4X0 CORES, EM PVC COM CASE, GARRA DE AÇO, IMPRESSÃO EM DADOS VARIADOS COM CAPTAÇÃO DE FOTOGRAFIA DIGITAL.	UNID.	250,00	13,33	3332,50
13	ENVELOPE TIMBRADO, TAM. 17X25CM – 1X0 COR, PAPEL AP 90GR	ENVELOPE TIMBRADO, TAM. 17X25CM – 1X0 COR, PAPEL AP 90GR	UNID.	1000,00	2,44	2440,00
14	ENVELOPE TIMBRADO, TAM. 20X25CM – 1X0 COR, PAPEL AP 90GR	ENVELOPE TIMBRADO, TAM. 20X25CM – 1X0 COR, PAPEL AP 90GR	UNID.	1600,00	4,21	6736,00
15	ENVELOPE TIMBRADO, TAM. 26X36CM– 1X0 COR, PAPEL AP 90GR	ENVELOPE TIMBRADO, TAM. 26X36CM– 1X0 COR, PAPEL AP 90GR	UNID.	20000,00	3,87	77400,00
16	ENVELOPE TIMBRADO, TAM. 30X36M – 1X0 COR, PAPEL AP 90GR	ENVELOPE TIMBRADO, TAM. 30X36M – 1X0 COR, PAPEL AP 90GR	UNID.	10000,00	4,60	46000,00
17	ENVELOPE TIMBRADO, TAM. 37X47CM – 1X0 COR, PAPEL AP 90GR	ENVELOPE TIMBRADO, TAM. 37X47CM – 1X0 COR, PAPEL AP 90GR	UNID.	5000,00	4,17	20850,00
18	EXAME SOLICITADO, BLOCO DE 100 FOLHAS, 1X1 COR, PAPEL AP 75GR, TAM. 14X10CM	EXAME SOLICITADO, BLOCO DE 100 FOLHAS, 1X1 COR, PAPEL AP 75GR, TAM. 14X10CM	BLC	500,00	7,77	3885,00
19	EXAME DE EMISSÕES OTOACUSTICAS EVOCADAS, BLOCO DE 100 FOLHAS, 1X1 COR, PAPEL AP 75GR, TAM. 21X29,7CM.	EXAME DE EMISSÕES OTOACUSTICAS EVOCADAS, BLOCO DE 100 FOLHAS, 1X1 COR, PAPEL AP 75GR, TAM. 21X29,7CM.	BLC	80,00	11,66	932,80
20	FICHA DE AVALIAÇÃO FISIOTERAPÉUTICA, BLOCO DE 100 FOLHAS 1X1 COR, PAPEL AP 75GR, TAM. 21X29,7CM.	FICHA DE AVALIAÇÃO FISIOTERAPÉUTICA, BLOCO DE 100 FOLHAS 1X1 COR, PAPEL AP 75GR, TAM. 21X29,7CM.	BLC	100,00	11,07	1107,00
21	FICHA DE CADASTRO DE PROFISSIONAIS CNES – BLOCO COM 100 FOLHAS, TAM. 21X29,7.	FICHA DE CADASTRO DE PROFISSIONAIS CNES – BLOCO COM 100 FOLHAS, TAM. 21X29,7.	BLC	5,00	11,98	59,90
22	FICHA DE EXAME OCULPACIONAL – BLOCO COM 100 FOLHAS, 1X0 COR, PAPEL AP 75GR, TAM. 21X29,7CM.	FICHA DE EXAME OCULPACIONAL – BLOCO COM 100 FOLHAS, 1X0 COR, PAPEL AP 75GR, TAM. 21X29,7CM.	BLC	5,00	15,14	75,70

23	FICHA DE REFERÊNCIA, EM TRÊS VIAS COM A SEGUNDA VIA AMARELA E A TERCEIRA EM PAPEL JORNAL. BLOCO COM 100 FOLHAS, 1X0 COR, PAPEL AP 75GR, TAM. 21X29CM.	FICHA DE REFERÊNCIA, EM TRÊS VIAS COM A SEGUNDA VIA AMARELA E A TERCEIRA EM PAPEL JORNAL. BLOCO COM 100 FOLHAS, 1X0 COR, PAPEL AP 75GR, TAM. 21X29CM.	BLC	8000,00	18,03	144240,00
24	FOLDER, 4X4 CORES, PAPEL COUCHÊ BRILHO 180GR MODELOS VARIADOS, TAM. 21X29,7CM.	FOLDER, 4X4 CORES, PAPEL COUCHÊ BRILHO 180GR MODELOS VARIADOS, TAM. 21X29,7CM.	UNID.	3000,00	1,34	4020,00
25	FORMULÁRIO PARA MANIFESTO - BLOCO COM 100 FOLHAS, 1X1 COR, PAPEL AP 75GR, TAM. 21X29,7 CM.	FORMULÁRIO PARA MANIFESTO - BLOCO COM 100 FOLHAS, 1X1 COR, PAPEL AP 75GR, TAM. 21X29,7 CM.	BLC	15,00	10,67	160,05
26	FORMULÁRIO PARA TESTE DA LINGUINHA- BLOCO COM 100 FOLHAS, 1X0 COR, PAPEL AP 75GR, 21X29,7 CM.	FORMULÁRIO PARA TESTE DA LINGUINHA- BLOCO COM 100 FOLHAS, 1X0 COR, PAPEL AP 75GR, 21X29,7 CM.	BLC	80,00	18,01	1440,80
27	IMPRESSÃO EM ADESIVO LEITOSO, IMPRESSÃO DIGITAL.	IMPRESSÃO EM ADESIVO LEITOSO, IMPRESSÃO DIGITAL.	M²	160,00	42,38	6780,80
28	PVC ADESIVADO	PVC ADESIVADO	M²	20,00	135,63	2712,60
29	LAUDO P/ SOLICITAÇÃO/AUTORIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO AMBULATORIAL, - APAC - EM DUAS VIAS - BLOCO COM 100 FOLHAS, 1X0 COR, PAPEL AP 75GR, TAM. 21X29,7CM.	LAUDO P/ SOLICITAÇÃO/AUTORIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO AMBULATORIAL, - APAC - EM DUAS VIAS - BLOCO COM 100 FOLHAS, 1X0 COR, PAPEL AP 75GR, TAM. 21X29,7CM.	BLC	5000,00	11,20	56000,00
30	PASTA PERSONALIZADA - TAM. 32X46CM, EM PAPEL COUCHÊ 80 KG, 1X0 COR.	PASTA PERSONALIZADA - TAM. 32X46CM, EM PAPEL COUCHÊ 80 KG, 1X0 COR.	UNID.	1000,00	3,89	3890,00
31	PESQUISA DE SATISFAÇÃO, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1X0 COR, PAPEL AP 75GR, TAM. 11X29,7CM.	PESQUISA DE SATISFAÇÃO, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1X0 COR, PAPEL AP 75GR, TAM. 11X29,7CM.	BLC	30,00	12,66	379,80
32	QUESTIONÁRIO DA MAMOGRAFIA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1X1 COR, PAPEL AP 75GR, TAM. 21X29,7 CM.	QUESTIONÁRIO DA MAMOGRAFIA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1X1 COR, PAPEL AP 75GR, TAM. 21X29,7 CM.	BLC	700,00	11,66	8162,00
33	RECEITUÁRIO MÉDICO DE CONTROLE ESPECIAL, EM DUAS VIAS COM PAPEL AUTOCOPIATIVO, 1ª VIA BRANCA E 2ª VIA VERDE, BLOCO COM 50X2 FOLHAS,	RECEITUÁRIO MÉDICO DE CONTROLE ESPECIAL, EM DUAS VIAS COM PAPEL AUTOCOPIATIVO, 1ª VIA BRANCA E 2ª VIA VERDE, BLOCO COM 50X2 FOLHAS,	BLC	2000,00	8,76	17520,00

	1X0 COR, PAPEL AP 75GR, TAM. 15X21CM.	1X0 COR, PAPEL AP 75GR, TAM. 15X21CM.				
34	RECEITUÁRIO MÉDICO DE REFRACTOMETRIA. BLOCO COM 100 FOLHAS, 1X0 COR, PAPEL AP 75GR, TAM. 15X21CM.	RECEITUÁRIO MÉDICO DE REFRACTOMETRIA. BLOCO COM 100 FOLHAS, 1X0 COR, PAPEL AP 75GR, TAM. 15X21CM.	BLC	40,00	9,23	369,20
35	RECEITUÁRIO MÉDICO, EM DUAS VIAS COM A SEGUNDA VIA EM PAPEL JORNAL. BLOCO COM 50X2 FOLHAS, 1X0 COR, PAPEL AP 75GR, TAM. 15X31CM.	RECEITUÁRIO MÉDICO, EM DUAS VIAS COM A SEGUNDA VIA EM PAPEL JORNAL. BLOCO COM 50X2 FOLHAS, 1X0 COR, PAPEL AP 75GR, TAM. 15X31CM.	BLC	5000,00	7,33	36650,00
36	RECEITUÁRIO TIPO B - AZUL - BLOCO COM 50 FOLHAS, 1X0 COR, PAPEL SUPER BOND 50G AZUL, TAM. 22X8CM. COM SERRILHA E NUMERAÇÃO EXPEDIDA PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA.	RECEITUÁRIO TIPO B - AZUL - BLOCO COM 50 FOLHAS, 1X0 COR, PAPEL SUPER BOND 50G AZUL, TAM. 22X8CM. COM SERRILHA E NUMERAÇÃO EXPEDIDA PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA.	BLC	20,00	6,47	129,40
37	REQUISICÃO DE EXAME CITOPATOLÓGICO - MAMA. BLOCO COM 100 FOLHAS, 1X1 COR, PAPEL AP 75GR, TAM. 21X29,7CM.	REQUISICÃO DE EXAME CITOPATOLÓGICO - MAMA. BLOCO COM 100 FOLHAS, 1X1 COR, PAPEL AP 75GR, TAM. 21X29,7CM.	BLC	20,00	8,78	175,60
38	REQUISICÃO DE EXAME HISTOPATOLÓGICO - MAMA. BLOCO COM 100 FOLHAS, 1X1 COR, PAPEL AP 75GR, TAM. 21X29,7CM.	REQUISICÃO DE EXAME HISTOPATOLÓGICO - MAMA. BLOCO COM 100 FOLHAS, 1X1 COR, PAPEL AP 75GR, TAM. 21X29,7CM.	BLC	20,00	12,86	257,20
39	REQUISICÃO DE MATERIAL, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1X0 COR, PAPEL AP 75GR, TAM. 15X21CM.	REQUISICÃO DE MATERIAL, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1X0 COR, PAPEL AP 75GR, TAM. 15X21CM.	BLC	200,00	5,58	1116,00
40	REQUISICÃO DE MAMOGRAFIA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1X1 COR, PAPEL AP 75GR, TAM. 21X29,7CM.	REQUISICÃO DE MAMOGRAFIA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1X1 COR, PAPEL AP 75GR, TAM. 21X29,7CM.	BLC	100,00	11,73	1173,00
41	RESULTADO DE MAMOGRAFIA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1X1 COR, PAPEL AP 75GR, TAM. 21X29,7 CM.	RESULTADO DE MAMOGRAFIA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1X1 COR, PAPEL AP 75GR, TAM. 21X29,7 CM.	BLC	100,00	16,11	1611,00
42	TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO USO DA IMAGEM - BLOCO COM 100 FOLHAS - 1 X 0 COR, AP 75 GR, TAM 21 X 29,7 CM	TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO USO DA IMAGEM - BLOCO COM 100 FOLHAS - 1 X 0 COR, AP 75 GR, TAM 21 X 29,7 CM	BLC	10,00	12,73	127,30



43	TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO TCLE - BIÓPSIA DE MAMA - BLOCO COM 100 FOLHAS - FRENTE E VERSO, 1 X 0 COR, AP 75 GR, TAM 21 X 29,7 CM	TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO TCLE - BIÓPSIA DE MAMA - BLOCO COM 100 FOLHAS - FRENTE E VERSO, 1 X 0 COR, AP 75 GR, TAM 21 X 29,7 CM	BLC	10,00	12,00	120,00
44	TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO TCLE - BIÓPSIA DE PRÓSTATA - BLOCO COM 100 FOLHAS - FRENTE E VERSO, 1 X 0 COR, AP 75 GR, TAM 21 X 29,7 CM	TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO TCLE - BIÓPSIA DE PRÓSTATA - BLOCO COM 100 FOLHAS - FRENTE E VERSO, 1 X 0 COR, AP 75 GR, TAM 21 X 29,7 CM	BLC	10,00	12,00	120,00
45	TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO TCLE - ENDOSCOPIA/COLONOSCOPIA - BLOCO COM 100 FOLHAS - FRENTE E VERSO - 1 X 0 COR, AP 75 GR, TAM 21 X 29,7 CM	TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO TCLE - ENDOSCOPIA/COLONOSCOPIA - BLOCO COM 100 FOLHAS - FRENTE E VERSO - 1 X 0 COR, AP 75 GR, TAM 21 X 29,7 CM	BLC	10,00	12,00	120,00
46	TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO TCLE - FISIOTERAPIA - BLOCO COM 100 FOLHAS - FRENTE E VERSO - 1 X 0 COR, AP 75 GR, TAM 21 X 29,7 CM	TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO TCLE - FISIOTERAPIA - BLOCO COM 100 FOLHAS - FRENTE E VERSO - 1 X 0 COR, AP 75 GR, TAM 21 X 29,7 CM	BLC	100,00	12,00	1200,00
47	TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO TCLE - NÚCLEO DE ESTIMULAÇÃO PRECOCE - BLOCO COM 100 FOLHAS - FRENTE E VERSO - 1 X 0 COR, AP 75 GR, TAM 21 X 29,7 CM	TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO TCLE - NÚCLEO DE ESTIMULAÇÃO PRECOCE - BLOCO COM 100 FOLHAS - FRENTE E VERSO - 1 X 0 COR, AP 75 GR, TAM 21 X 29,7 CM	BLC	100,00	12,00	1200,00
48	TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO TCLE - PAAF - BLOCO COM 100 FOLHAS - FRENTE E VERSO - 1 X 0 COR, AP 75 GR, TAM 21 X 29,7 CM	TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO TCLE - PAAF - BLOCO COM 100 FOLHAS - FRENTE E VERSO - 1 X 0 COR, AP 75 GR, TAM 21 X 29,7 CM	BLC	10,00	12,00	120,00
49	TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO TCLE - TESTE ERGOMÉTRICO - BLOCO COM 100 FOLHAS - FRENTE E VERSO - 1 X 0	TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO TCLE - TESTE ERGOMÉTRICO - BLOCO COM 100 FOLHAS - FRENTE E VERSO - 1 X 0	BLC	10,00	12,00	120,00

	COR, AP 75 GR, TAM 21 X 29,7 CM	COR, AP 75 GR, TAM 21 X 29,7 CM				
50	TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO TCLE - TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA SEM CONTRASTE - BLOCO COM 100 FOLHAS - 1 X 0 COR, AP 75 GR, TAM 21 X 29,7 CM	TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO TCLE - TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA SEM CONTRASTE - BLOCO COM 100 FOLHAS - 1 X 0 COR, AP 75 GR, TAM 21 X 29,7 CM	BLC	100,00	12,00	1200,00
51	TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO TCLE - TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA COM CONTRASTE - FRETE E VERSO- BLOCO COM 100 FOLHAS - 1 X 0 COR, AP 75 GR, TAM 21 X 29,7 CM	TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO TCLE - TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA COM CONTRASTE - FRETE E VERSO- BLOCO COM 100 FOLHAS - 1 X 0 COR, AP 75 GR, TAM 21 X 29,7 CM	BLC	50,00	12,00	600,00
52	TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO TCLE - RAIO X - FRETE E VERSO- BLOCO COM 100 FOLHAS - 1 X 0 COR, AP 75 GR, TAM 21 X 29,7 CM	TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO TCLE - RAIO X - FRETE E VERSO- BLOCO COM 100 FOLHAS - 1 X 0 COR, AP 75 GR, TAM 21 X 29,7 CM	BLC	100,00	12,00	1200,00
53	TCLE ENDODONTIA, IMPRESSÃO EM UM LADO, TAMANHO 210 MM X 297 MM (A4), PAPEL 75G BRANCO, BLOCO COM 100 FOLHAS.	TCLE ENDODONTIA, IMPRESSÃO EM UM LADO, TAMANHO 210 MM X 297 MM (A4), PAPEL 75G BRANCO, BLOCO COM 100 FOLHAS.	BLC	58,00	10,33	599,14
54	TCLE CIRURGIA, IMPRESSÃO EM UM LADO, TAMANHO 210 MM X 297 MM (A4), PAPEL 75G BRANCO, BLOCO COM 100 FOLHAS.	TCLE CIRURGIA, IMPRESSÃO EM UM LADO, TAMANHO 210 MM X 297 MM (A4), PAPEL 75G BRANCO, BLOCO COM 100 FOLHAS.	BLC	24,00	10,33	247,92
55	TCLE PRÓTESE, IMPRESSÃO EM UM LADO, TAMANHO 210 MM X 297 MM (A4), PAPEL 75G BRANCO, BLOCO COM 100 FOLHAS.	TCLE PRÓTESE, IMPRESSÃO EM UM LADO, TAMANHO 210 MM X 297 MM (A4), PAPEL 75G BRANCO, BLOCO COM 100 FOLHAS.	BLC	34,00	8,00	272,00
56	TCLE PERIODONTIA, IMPRESSÃO EM UM LADO, TAMANHO 210 MM X 297 MM (A4), PAPEL 75G BRANCO, BLOCO COM 100 FOLHAS.	TCLE PERIODONTIA, IMPRESSÃO EM UM LADO, TAMANHO 210 MM X 297 MM (A4), PAPEL 75G BRANCO, BLOCO COM 100 FOLHAS.	BLC	39,00	8,60	335,40
57	TCLE ORTODONTIA, IMPRESSÃO EM UM LADO,	TCLE ORTODONTIA, IMPRESSÃO EM UM LADO,	BLC	3,00	8,60	25,80

	TAMANHO 210 MM X 297 MM (A4), PAPEL 75G BRANCO, BLOCO COM 100 FOLHAS.	TAMANHO 210 MM X 297 MM (A4), PAPEL 75G BRANCO, BLOCO COM 100 FOLHAS.				
58	TCLE PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS (PNE), IMPRESSÃO EM UM LADO, TAMANHO 210 MM X 297 MM (A4), PAPEL 75G BRANCO, BLOCO COM 100 FOLHAS.	TCLE PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS (PNE), IMPRESSÃO EM UM LADO, TAMANHO 210 MM X 297 MM (A4), PAPEL 75G BRANCO, BLOCO COM 100 FOLHAS.	BLC	20,00	8,60	172,00
59	TCLE DE IMAGEM, IMPRESSÃO EM UM LADO, TAMANHO 210 MM X 297 MM (A4), PAPEL 75G BRANCO, BLOCO COM 100 FOLHAS.	TCLE DE IMAGEM, IMPRESSÃO EM UM LADO, TAMANHO 210 MM X 297 MM (A4), PAPEL 75G BRANCO, BLOCO COM 100 FOLHAS.	BLC	72,00	8,60	619,20
60	RISCO DE QUEDA, IMPRESSÃO EM UM LADO, TAMANHO 210 MM X 297 MM (A4), PAPEL 75G BRANCO, BLOCO COM 100 FOLHAS.	RISCO DE QUEDA, IMPRESSÃO EM UM LADO, TAMANHO 210 MM X 297 MM (A4), PAPEL 75G BRANCO, BLOCO COM 100 FOLHAS.	BLC	24,00	11,54	276,96
61	PERIOGRAMA, IMPRESSÃO EM UM LADO, TAMANHO 210 MM X 297 MM (A4), PAPEL 75G BRANCO, BLOCO COM 100 FOLHAS.	PERIOGRAMA, IMPRESSÃO EM UM LADO, TAMANHO 210 MM X 297 MM (A4), PAPEL 75G BRANCO, BLOCO COM 100 FOLHAS.	BLC	24,00	16,83	403,92
62	CIRURGIA SEGURA - CIRURGIA, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO, TAMANHO 210 MM X 297 MM (A4), PAPEL 75G BRANCO, BLOCO COM 100 FOLHAS.	CIRURGIA SEGURA - CIRURGIA, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO, TAMANHO 210 MM X 297 MM (A4), PAPEL 75G BRANCO, BLOCO COM 100 FOLHAS.	BLC	24,00	15,00	360,00
63	CIRURGIA SEGURA - PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS (PNE), IMPRESSÃO FRENTE E VERSO, TAMANHO 210 MM X 297 MM (A4), PAPEL 75G BRANCO, BLOCO COM 100 FOLHAS.	CIRURGIA SEGURA - PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS (PNE), IMPRESSÃO FRENTE E VERSO, TAMANHO 210 MM X 297 MM (A4), PAPEL 75G BRANCO, BLOCO COM 100 FOLHAS.	BLC	24,00	13,50	324,00
64	CIRURGIA SEGURA - PERIODONTIA, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO, TAMANHO 210 MM X 297 MM (A4), PAPEL 75G BRANCO, BLOCO COM 100 FOLHAS.	CIRURGIA SEGURA - PERIODONTIA, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO, TAMANHO 210 MM X 297 MM (A4), PAPEL 75G BRANCO, BLOCO COM 100 FOLHAS.	BLC	24,00	15,00	360,00
65	FICHA CLÍNICA ENDODONTIA, IMPRESSÃO	FICHA CLÍNICA ENDODONTIA, IMPRESSÃO	BLC	58,00	11,40	661,20



3

	FRENTE E VERSO, TAMANHO 210 MM X 297 MM (A4), PAPEL 75G BRANCO, BLOCO COM 100 FOLHAS.	FRENTE E VERSO, TAMANHO 210 MM X 297 MM (A4), PAPEL 75G BRANCO, BLOCO COM 100 FOLHAS.				
66	FICHA CLÍNICA PERIODONTIA, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO, TAMANHO 210 MM X 297 MM (A4), PAPEL 75G BRANCO, BLOCO COM 100 FOLHAS.	FICHA CLÍNICA PERIODONTIA, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO, TAMANHO 210 MM X 297 MM (A4), PAPEL 75G BRANCO, BLOCO COM 100 FOLHAS.	BLC	39,00	14,41	561,99
67	FICHA CLÍNICA CIRURGIA, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO, TAMANHO 210 MM X 297 MM (A4), PAPEL 75G BRANCO, BLOCO COM 100 FOLHAS.	FICHA CLÍNICA CIRURGIA, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO, TAMANHO 210 MM X 297 MM (A4), PAPEL 75G BRANCO, BLOCO COM 100 FOLHAS.	BLC	24,00	14,41	345,84
68	FICHA CLÍNICA PRÓTESE, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO, TAMANHO 210 MM X 297 MM (A4), PAPEL 75G BRANCO, BLOCO COM 100 FOLHAS.	FICHA CLÍNICA PRÓTESE, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO, TAMANHO 210 MM X 297 MM (A4), PAPEL 75G BRANCO, BLOCO COM 100 FOLHAS.	BLC	34,00	14,41	489,94
69	FICHA CLÍNICA ORTODONTIA, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO, TAMANHO 210 MM X 297 MM (A4), PAPEL 75G BRANCO, BLOCO COM 100 FOLHAS.	FICHA CLÍNICA ORTODONTIA, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO, TAMANHO 210 MM X 297 MM (A4), PAPEL 75G BRANCO, BLOCO COM 100 FOLHAS.	BLC	3,00	14,41	43,23
70	FICHA CLÍNICA PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS (PNE), IMPRESSÃO FRENTE E VERSO, BLOCO COM 100 FOLHAS.	FICHA CLÍNICA PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS (PNE), IMPRESSÃO FRENTE E VERSO, BLOCO COM 100 FOLHAS.	BLC	20,00	14,03	280,60
71	ODONTOGRAMA, IMPRESSÃO EM UM LADO, TAMANHO 210 MM X 297 MM (A4), PAPEL 75G BRANCO, BLOCO COM 100 FOLHAS.	ODONTOGRAMA, IMPRESSÃO EM UM LADO, TAMANHO 210 MM X 297 MM (A4), PAPEL 75G BRANCO, BLOCO COM 100 FOLHAS.	BLC	197,00	11,36	2237,92
72	RASTREABILIDADE, IMPRESSÃO EM UM LADO, TAMANHO 210 MM X 297 MM (A4), PAPEL 75G BRANCO, BLOCO COM 100 FOLHAS.	RASTREABILIDADE, IMPRESSÃO EM UM LADO, TAMANHO 210 MM X 297 MM (A4), PAPEL 75G BRANCO, BLOCO COM 100 FOLHAS.	BLC	197,00	16,33	3217,01
73	EVOLUÇÃO TERAPÉUTICA, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO, TAMANHO 210 MM	EVOLUÇÃO TERAPÉUTICA, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO, TAMANHO 210 MM	BLC	197,00	13,73	2704,81

	X 297 MM (A4), PAPEL 75G BRANCO, BLOCO COM 100 FOLHAS.	X 297 MM (A4), PAPEL 75G BRANCO, BLOCO COM 100 FOLHAS.				
74	CARTÃO DE APRAZAMENTO, TAMANHO 11 CM X 9 CM, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO, PAPEL 60KG BRANCO, UNIDADE.	CARTÃO DE APRAZAMENTO, TAMANHO 11 CM X 9 CM, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO, PAPEL 60KG BRANCO, UNIDADE.	UNID.	1200,00	1,12	1344,00
75	ENVELOPAMENTO VEICULAR (ADESIVAGEM DE VEICULOS AUTOMOTORES)	ENVELOPAMENTO VEICULAR (ADESIVAGEM DE VEICULOS AUTOMOTORES)	M²	20,00	122,22	2444,40
76	ADESIVO VINIL POLIETILENO LEITOSO IMPRESSÃO 4 X 0 COLORIDO	ADESIVO VINIL POLIETILENO LEITOSO IMPRESSÃO 4 X 0 COLORIDO	M²	100,00	76,45	7645,00
77	BANNER HORIZONTAL COLORIDO, ACABAMENTO ESPECIAL NAS ESTREMITADES E CORDÃO PARA PENDURAR, TECIDO NA BASE :100 POLIESTER, REVESTIMENTO EM PVC, DIMENSÕES: 468X366	BANNER HORIZONTAL COLORIDO, ACABAMENTO ESPECIAL NAS ESTREMITADES E CORDÃO PARA PENDURAR, TECIDO NA BASE :100 POLIESTER, REVESTIMENTO EM PVC, DIMENSÕES: 468X366	UNID ADE	15,00	1093,00	16395,00
78	BANNER VERTICAL COLORIDO, BANNER VERTICAL.COM CORDÃO PARA PENDURAR, TECIDO DA BASE 100% POLIESTER, REVESTIMENTO EM PVC, DIMENSÕES: 109 CM DE ALTURA 72 CM DE LARGURA	BANNER VERTICAL COLORIDO, BANNER VERTICAL.COM CORDÃO PARA PENDURAR, TECIDO DA BASE 100% POLIESTER, REVESTIMENTO EM PVC, DIMENSÕES: 109 CM DE ALTURA 72 CM DE LARGURA	UNID ADE	20,00	161,97	3239,40
79	IMPRESSÃO EM LONA COM ACABAMENTO EM BASTÃO/ILHÕES.	IMPRESSÃO EM LONA COM ACABAMENTO EM BASTÃO/ILHÕES.	M²	20,00	83,33	1666,60
80	FICHA CONTROLE DE ESTOQUE FORMATO 21 X 15 CM 1 X 1 COR PAPEL OFFSET 180 G	FICHA CONTROLE DE ESTOQUE FORMATO 21 X 15 CM 1 X 1 COR PAPEL OFFSET 180 G	Bloco	185,00	6,73	1245,05
81	PASTA PERSONALIZADA - PARA PERSONALIZADA COM ELÁSTICO PARA CUSROS DE CAPACITAÇÃO, CONFERENCIAS E OFICINAS	PASTA PERSONALIZADA - PARA PERSONALIZADA COM ELÁSTICO PARA CUSROS DE CAPACITAÇÃO, CONFERENCIAS E OFICINAS	UNID ADE	100,00	6,24	624,00
82	CAPA PARA ULTRASSOM, PAPEL TRIPLEX 180G - TAM 32X45 - 4X4 COR-	CAPA PARA ULTRASSOM, PAPEL TRIPLEX 180G - TAM 32X45 - 4X4 COR-	UNID ADE	1000,00	2,59	2590,00



	POLICROMIA - COM CORTE JANELA E ORELHAS.	POLICROMIA - COM CORTE JANELA E ORELHAS.				
83	CAPA PARA RESULTADO DE ELETROCARDIOGRAMA, PAPEL TRIPLEX 180G - TAM 32X45 - 4X0 COR - CM CORTE JANELA E ORELHAS.	CAPA PARA RESULTADO DE ELETROCARDIOGRAMA, PAPEL TRIPLEX 180G - TAM 32X45 - 4X0 COR - CM CORTE JANELA E ORELHAS.	UNID ADE	2500,00	2,47	6175,00
84	CONTROLE DE PRATELEIRA, PAPEL AP 180 KG TAM 21X31 PAC COM 100 UNIDADES- 1X1 COR F/V.	CONTROLE DE PRATELEIRA, PAPEL AP 180 KG TAM 21X31 PAC COM 100 UNIDADES- 1X1 COR F/V.	UNID ADE	80,00	6,01	480,80
85	FORMULÁRIO DE DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENOS, ESPECIFICAÇÃO: 21X31CM-IMP.1X0 COR, PAPEL 75G.	FORMULÁRIO DE DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENOS, ESPECIFICAÇÃO: 21X31CM-IMP.1X0 COR, PAPEL 75G.	BLOC O	20,00	13,64	272,80
86	SOLICITAÇÃO DE MEDICAMENTOS, ESPECIFICAÇÃO: 21X31CM-IMP. 1X0COR, PAPEL 75G..	SOLICITAÇÃO DE MEDICAMENTOS, ESPECIFICAÇÃO: 21X31CM-IMP. 1X0COR, PAPEL 75G..	BLOC O	5,00	18,00	90,00
87	SOLICITAÇÃO DE SAÍDA DE MATERIAL., PAPEL AP 24 KG - TAM 15X20 - BLS 100X1 VIAS - 1X1 COR F/.	SOLICITAÇÃO DE SAÍDA DE MATERIAL., PAPEL AP 24 KG - TAM 15X20 - BLS 100X1 VIAS - 1X1 COR F/.	BLOC O	75,00	7,01	525,75
88	REFERÊNCIA PARA ODONTOLOGIA HOSPITALAR, IMPRESSÃO EM UM LADO, TAMANHO 210 MM X 297 MM (A4), PAPEL 75G BRANCO, BLOCO COM 100 FOLHAS	REFERÊNCIA PARA ODONTOLOGIA HOSPITALAR, IMPRESSÃO EM UM LADO, TAMANHO 210 MM X 297 MM (A4), PAPEL 75G BRANCO, BLOCO COM 100 FOLHAS	BLOC O	15,00	20,00	300,00
TOTAL LOTE ÚNICO:				RS 601.999,63		

11.4 - Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.6 - O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.7 - O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2 - DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 - A descrição da necessidade encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3 - DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E DA ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1 - A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4 - DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 - Os requisitos da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4 - DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

4.1 - O prazo de entrega do(s) item(ns) é de 10 (dez) dias, contado da emissão de Requisição formalizada pelo Contratante, em quantitativo especificado pelo Contratante.

4.2 - Caso não seja possível a entrega na data avençada, o contratado deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 03 (tres) dias dias de antecedência para que o pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela contratante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

4.3 - Os bens deverão ser entregues no Almoxarifado central do Consorcio Publico de saúde da microrregião de cascavel- CPSMCAS

5 - DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.1 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (caput do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).

5.2 - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (§ 5º do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).

5.3 - As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.4 - O órgão ou entidade poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.5 - Após a assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante do contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

5.6 - Fiscalização

5.6.1 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (caput do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021).

5.6.2 - O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

5.6.3 - O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

5.6.4 - Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

5.6.5 - O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

5.6.6 - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

5.6.7 - O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

5.6.8 - O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

5.6.9 - Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis,



Amália
Lopes de
Sousa

Assinado de forma
digital por Amália
Lopes de Sousa
Dados: 2024.04.12
09:30:55 -0300'

2

quando ultrapassar a sua competência.

5.7 – Gestão do Contrato

5.7.1 - O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

5.7.2 - O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

5.7.3 - O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

5.7.4 - O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

5.7.5 - O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

5.7.6 - O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

5.7.7 - O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6 - DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

6.1 – Recebimento

6.1.1 - Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.1.2 - Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.1.3 - O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15(quinze) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.1.4 - Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias.

6.1.5 - O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.1.6 - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.1.7 - O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

6.1.8 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6.2 – Liquidação

6.2.1 - Recebida a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

6.2.2 - O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2.3 - Para fins de liquidação, quando cabível, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) - o prazo de validade;
- b) - a data da emissão;
- c) - os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) - o período respectivo de execução do contrato;
- e) - o valor a pagar; e
- f) - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.2.4 - Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

6.2.5 - A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta junto ao cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no SICAF, Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2.6 - A Administração deverá realizar consulta ao o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.2.7 - Constatando-se, junto o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.2.8 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.2.9 - Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.2.10 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

6.3 – Pagamento

6.3.1 - Em atendimento ao inciso VI do art. 92 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, o pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

6.3.2 - No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice IGPM/FGV de correção monetária.

6.3.3 - O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.3.4 - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.3.5 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, conforme o caso.

6.3.6 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.3.7 - O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6.4 – Antecipação de pagamento

6.4.1 - A antecipação de pagamento somente será permitida se propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do bem, conforme determina o § 1º do art. 145 da lei Federal nº 14.133/21.

7 - DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, por **REGISTRO DE PREÇOS** com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR LOTE**.

7.2. O regime de execução do contrato será **Empreitada por preço unitário. Modo de Disputa: Aberto.**

7.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

7.3.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

A) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

B) **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

C) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

D) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

E) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

F) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

OBS: Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.3.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

A) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

B) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

C) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

- D). Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- E). Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- F). Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- G). O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- H) Declaração que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal.

7.3.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

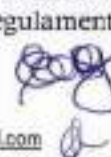
- A). Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- B). Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando: Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 7.3.1.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e
- 7.3.1.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 7.3.1.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 7.3.1.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

7.3.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- A). Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- B) O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- b.1) No atestado de capacidade técnica deverá estar descrito expressamente os itens cuja execução ou entrega foram realizadas, sendo estes compatíveis com o Termo de Referência deste edital, conforme o caso.
- b.2) Poderá, facultativamente, vir acompanhado junto ao atestado de capacidade técnica para comprovação ao que dispõe o item "a", instrumento de nota fiscal e/ou contrato respectivo ao qual o atestado faz vinculação.
- b.3) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- C) O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 8.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 601.999,63 (seiscentos e um mil novecentos e noventa e nove reais e sessenta e três centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela constante do sub-item, 1.3 deste termo. Com base nas pesquisas de preços realizadas na forma do regulamento.



**Amália
Lopes de
Sousa**

Assinado de forma
digital por Amália
Lopes de Sousa
Data: 2024.04.12
09:31:36 -03'00'

2

9 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 9.1. As despesas decorrentes das eventuais contratações que poderão advir desta licitação correrão a conta de recursos específicos consignados no Orçamento vigente.
- 9.2. O Sistema de Registro de Preços independe de previsão orçamentária. Isso porque não há obrigatoriedade da contratação, portanto não há necessidade de se demonstrar a existência de recurso.
- 9.3. Com base no art. 17º, do Decreto Federal Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023, que Regulamenta o Sistema de Registro de Preços e na Lei 14.133/21, preceitua: "Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil".
- 9.4. As despesas do exercício subsequente correrão à conta da dotação consignada para esta atividade, ficando adstritas ao respectivo crédito orçamentário.

Pacajus (CE) em 12 de abril de 2024.


ELIZÂNGELA DE SOUSA GIRAÓ
Comissão de Planejamento de Contratação


JOYCE DOS SANTOS OLIVEIRA
Comissão de Planejamento de Contratação


MARTA MUNIZ DE MEZES BARREIRO
Comissão de Planejamento de Contratação

APROVADO POR:

**Amália Lopes
de Sousa**

Assinado de forma digital
por Amália Lopes de Sousa
Dados: 2024.04.12
09:31:49 -03'00'

Amália Lopes de Sousa
PRESIDENTE - CPSMRCAS



**ANEXO II
MINUTA DE TERMO DE CONTRATO -**

CONTRATATO N

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE
FAZEM ENTRE SI O CONSÓRCIO, POR INTERMÉDIO
DO (A) E A EMPRESA
.....**

O CONSÓRCIO, Inscrito no CNPJ Nº/....., com sede à Rua, S/N, F.....-CE, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na em doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representada por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021 e do RESOLUÇÃO Nº. 002/2024, DE 04 DE ABRIL DE 2024, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Licitação Pregão Eletrônico n., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de -CE, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;
- 1.3.2. O Edital de Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a) prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

Amália Lopes
de Sousa

Assinado de forma digital por Amália Lopes de Sousa
Dados: 2024.04.30 10:32:04 -03'00'

[Handwritten signature]
4 2

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. PREÇO

5.1.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.1.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos de fornecimento e serviços efetivamente prestados.

5.2. FORMA DE PAGAMENTO

5.2.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.2.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.2.3. Justificamos a não adoção do Cartão de Pagamento previsto no art. 75, § 4º, da Lei nº 14.133/21, como meio preferencial para pagamento, haja vista a ausência de regulamentação municipal sobre a matéria, e pela ausência de operacionalização de tal sistemática pelas instituições financeiras legalmente estabelecidas na sede do município.

5.3. PRAZO DE PAGAMENTO

5.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até (.....) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA-E de correção monetária.

5.4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

5.4.2. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.4.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.4.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

5.4.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

5.4.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta aos sítios eletrônicos oficiais para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.4.7. Constatando-se, junto aos sítios eletrônicos oficiais, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.4.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.4.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.4.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto aos sítios eletrônicos oficiais.

5.4.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.4.11.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.4.12. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em / / .

Amália Lopes
de Sousa

Assinado de forma digital
por Amália Lopes de Sousa
Dados: 2024.04.30 10:22:27
-01'00'

2

6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. São obrigações do Contratante:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

7.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

7.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial do órgão para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.1.8.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

7.1.9. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

7.1.10. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/21.

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.1.1. manter preposto aceito pela Administração no local da entrega ou da prestação dos serviços para representá-lo na execução do contrato.

8.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

8.1.3. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

8.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços/produtos nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade junto aos sítios eletrônicos oficiais, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

8.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

8.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique.

Amália Lopes
de Sousa

Assinado de forma digital
por Amália Lopes de Sousa
Dados: 2024.04.30 10:32:48
-03'00'



- 8.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 8.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 8.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 8.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 8.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres.
- 8.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 8.1.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;
- 8.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 8.1.18. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 8.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 8.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.1.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9. CLÁUSULA NONA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

9.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

9.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

Amália
Lopes de
Sousa

Assinado de forma
digital por Amália
Lopes de Sousa
Dados: 2024.04.30
10:32:58 -03'00'

9.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

9.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

9.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

9.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

9.7 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

9.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

9.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

9.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

9.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

9.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

9.12 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- der causa à inexecução parcial do contrato;
- der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- der causa à inexecução total do contrato;
- deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

Amália
Lopes de
Sousa

Assinado de forma
digital por Amália
Lopes de Sousa
Dados: 2024.04.30
10:33:09 -03'00'

2

- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

iv) **Multa:**

(1) moratória de 1,0% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

(2) moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

(a) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(3) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (tinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

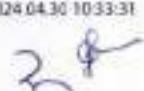
12.1.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

Amália Lopes
de Sousa

Assinado de forma digital
por Amália Lopes de Sousa
Dados: 2024.04.30 10:33:31
-03'00



12.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
Elemento de Despesas: _____

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento. Na dotação: _____

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

Amália
Lopes de
Sousa

Assinado de forma
digital por Amália
Lopes de Sousa
Dados: 2024.04.30
10:33:42 -03'00'





17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. É eleito o Foro da Comarca de _____-CE para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.


...../CE, de..... de 20.....

CONTRATANTE:

Sr(a). _____
Presidente do CPSRCAS
CPF/MF sob nº _____

CONTRATADA:

EMPRESA
CNPJ/MF sob o nº _____
NOME _____
Representante - CPF/MF sob nº _____


**Amália
Lopes de
Sousa**

Assinado de forma
digital por Amália
Lopes de Sousa
Dados: 2024.04.30
10:33:04 -03'00'

2

ANEXO III

ATA DE REGISTRO FORMAL DE PREÇOS Nº _____ - DESTINA A EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES..... E A EMPRESA “.....”.

Pelo presente instrumento, o CONSÓRCIO _____, com sede em Av. _____, Nº _____ - bairro _____ - Estado do Ceará, - CEP _____, inscrito(a) no CNPJ sob o Nº _____, neste ato representado pela sua Presidente do CPSRCAS, Sra. _____, Denominado de **Órgão Gerenciador** e de outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____ e Inscrição Estadual n.º _____, com sede na Rua _____, na cidade de _____, estado de _____, CEP: _____, fone: (____) _____, neste ato representada por seu _____, o Sr. _____, ao final assinado, doravante denominada **EMPRESA DETENTORA DA ATA**, tendo em vista a homologação do resultado do **PREGÃO ELETRÔNICO N.º _____** pelo tipo de Licitação de **MENOR PREÇO POR LOTE**, regida pela Lei Federal n.º 14.133/2021, Decreto Federal n.º 11.462/2023, RESOLUÇÃO Nº. 002/2024, DE 04 DE ABRIL DE 2024 e de forma suplementar por legislação pertinente à matéria, com base na proposta da **EMPRESA DETENTORA DA ATA** e no edital do processo supramencionado, aos quais ficam estritamente vinculados, têm entre si justa e acordada a celebração da presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual _____, especificado(s) no Termo de Referência, anexo XX do Edital do [**PROCESSO LICITATÓRIO**], que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem nesta Ata de Registro de Preços;

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total	Prazo garantia ou validade

2.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

[Assinatura]

Amália Lopes de Sousa

Assinado de forma digital por Amália Lopes de Sousa
 Data: 2024.04.30 10:34:06 -03'00'

2 *[Assinatura]*

- 3.1. O órgão gerenciador será a xxxxxxxx
3.2. Além do órgão gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços: XXX

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 Fica vedada aos órgãos e às entidades da Administração Pública federal a adesão a ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade estadual, distrital ou municipal de acordo com Art. 33. Decreto federal 11.462/23.

4.2. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

A) apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

B) demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

C) consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3.2. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.5.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.6.1. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.7. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação na Imprensa Oficial, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.



Amália
Lopes de
Sousa

Assinado de forma
digital por Amália
Lopes de Sousa
Data: 2024.04.30
16:36:17 -02'00'

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Não haverá reajuste de preços, em razão do limite de 12 (doze) meses de vigência da ata de registro de preços, conforme vedação do art. 2º, § 1º, da Lei 10.192/2001, exceto no caso de prorrogação desta Ata de Registro de Preços.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação, qual seja o índice IGP-M/FGV;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item/lote anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.



Amália Lopes
de Sousa

Assinado de forma
digital por Amália
Lopes de Sousa
Dados: 2024.04.30
15:34:28 -03'00'

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

Amália Lopes
de Sousa

Assinado de forma digital
por Amália Lopes de Sousa
Dados: 2024.04.30
10:34:41 -03'00'

2

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

Amália Lopes
de Sousa

Assinado de forma digital
por Amália Lopes de Sousa
Dados: 2024.04.10 10:34:52
-03'00'





10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em **2 (duas)** vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

..... de de 2024

ORGAO GERENCIADOR

FORNECEDORES

Amália
Lopes de
Sousa

Assinado de forma digital por Amália Lopes de Sousa
Dados: 2024.04.30 10:35:03-03'00"

2

ANEXO da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º /2024
CADASTRO DE RESERVA

Os fornecedores do cadastro de reserva do **PREGÃO ELETRÔNICO N.º** _____, **PROCESSO N.º** _____, conforme abaixo:

- **EMPRESA CLASSIFICADA EM SEGUNDO LUGAR - XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, CNPJ/MF XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, sediada na Rua XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP XXXXXXXXXXXX, classificada e registrada em segundo lugar, que concorda e assina esta Ata para o fornecimento dos itens, pelos preços registrados iguais ao do licitante vencedor, se ocorrer às hipóteses previstas artigos 28 e 29 do Decreto Federal n.º 11.462/2023;

II EMPRESA REGISTRADA EM TERCEIRO LUGAR - XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CNPJ/MF XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, sediada na Rua XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP XXXXXXXXXXXX, classificada e registrada em terceiro lugar, que concorda e assina esta Ata para o fornecimento dos itens, pelos preços registrados, se ocorrer às hipóteses previstas nos artigos 28 e 29 do Decreto Federal n.º 11.462/2023, da empresa ve

**Amália
Lopes de
Sousa**
Assinado de forma
digital por Amália
Lopes de Sousa
Data: 2024.04.30
10:35:18 -03'00'

2 φ